

**MERCADOS INVISÍVEIS: A CIRCULAÇÃO PELOS CIRCUITOS CURTOS NOS
LIMITES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS**

***MERCADOS INVISIBLES: LA CIRCULACIÓN EN LOS CIRCUITOS CORTOS
DENTRO DE LOS ASENTAMIENTOS RURALES***

***INVISIBLE MARKETS: THE SHORT FOOD SUPPLY CHAINS IN RURAL
SETTLEMENTS***



Nayara da Silva STOCKLER¹
e-mail: nstockler@gmail.com

Como referenciar este artigo:

STOCKLER, Nayara da Silva. Mercados invisíveis: a circulação pelos circuitos curtos nos limites dos assentamentos rurais. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 7, n. 1, e023003. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2023.9247>



| Submetido em: 14/02/2022
| Revisões requeridas em: 23/03/2023
| Aprovado em: 30/06/2023
| Publicado em: 14/08/2023

Editoras: Eda Maria Góes
Karina Malachias Domingos dos Santos
Roberta Oliveira da Fonseca

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente – SP – Brasil. Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação Acadêmico da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (UNESP).

RESUMO: Este artigo busca discutir a ideia de circuitos curtos de produção, comercialização e consumo, por meio de práticas analisada na realidade local de assentamentos rurais do oeste paulista. De maneira geral, os circuitos curtos têm sido observados a partir de suas formas mais evidentes, como na comercialização das tradicionais feiras livres ou pelas políticas públicas que buscam fomentá-los, como no caso dos mercados institucionais. Contudo, há uma dinâmica de circulação menos visível, que se realiza internamente entre os membros das comunidades aqui analisadas, e que reafirma a multidimensionalidade e a multifuncionalidade dos e nos espaços rurais. Essas práticas serão abordadas a partir de pesquisa empírica documental, com dados sobre o destino de venda dos assentamentos rurais e, em segundo momento, com entrevista semiestruturada com agricultoras, determinada por três realidades distintas de comercialização identificadas na pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento rural. Espaço rural. Circuitos curtos. Consumo. Mercadoria.

RESUMEN: Este artículo busca discutir algunas definiciones sobre la idea de circuitos cortos de producción, comercialización y consumo, a través del análisis de las prácticas que tienen lugar en la realidad local de asentamientos rurales en el oeste del Estado de São Paulo. De manera general, los circuitos cortos han sido observados a partir de sus prácticas más evidentes, como en la comercialización de las tradicionales ferias libres o incluso por las políticas públicas que buscan fomentarlos, como en el caso de los mercados institucionales. Sin embargo, hay una dinámica de circulación menos visible, que se realiza internamente entre los miembros de las comunidades aquí analizadas, y que reafirma la multidimensionalidad y la multifuncionalidad de los espacios rurales. Esas prácticas serán abordadas a partir de investigación empírica documental, con datos sobre la venta de los productores rurales asentados y en segundo momento, con entrevista semiestruturada determinada por tres realidades distintas de comercialización.

PALABRAS CLAVE: Asentamiento rural. Espacio rural. Circuitos cortos. Consumo. Productos.

ABSTRACT: This article seeks to discuss definitions about the idea of short circuits of production or short food supply chains, elucidating the practices of commercialization and consumption from the local reality of rural settlements in western São Paulo state. In general, short circuits have been described in their most evident practices, as in the commercialization of traditional street markets or by public policies that seek to promote them, as in the case of institutional markets. However, there is a dynamic of less visible circulation, which takes place internally among the members of the communities analyzed here, and which reaffirms the multidimensionality and multifunctionality in rural spaces. These practices will be approached from empirical documentary research, with data on the sale of the settled rural producers and in the second moment, with semi-structured interviews determined by three distinct realities of commercialization.

KEYWORDS: Rural settlement. Rural space. Short circuits. Consumption. Merchandise.

Introdução

A divisão entre campo e cidade foi por muito tempo definida a partir das atividades preponderantes realizadas nestes espaços, entendidos como distintos e impermeáveis. A transformação do meio técnico-científico-informacional, caracterizada por um processo acelerado de mudanças nos sistemas de crenças, hábitos e valores provocados pela ação conjunta entre ciência, tecnologia e informação (SANTOS, 1997) trouxe consigo mudanças estruturais e substanciais à dinâmica produtiva e espacial do campo, à medida com que também se torna claro que a ruralidade vai muito além da produção agrícola.

A superação dessa dicotomia auxilia-nos a pensar nos espaços rurais e urbanos de maneira relacional e perceber assim que as transformações técnicas e culturais os têm dado novos sentidos, ressignificando algumas de suas práticas (CAMPO, 2009). Assim o espaço rural passa a ser observado por uma perspectiva multidimensional, em suas dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político-institucionais; e multifuncional, o que requer um tratamento multidisciplinar para a identificação das formas de viver e de produzir no campo, do lugar da agricultura na sociedade, das novas formas de ruralidade, do manejo e uso social dos recursos naturais e das paisagens, e do papel da cultura e da identidade, ligadas tanto aos territórios rurais como aos seus produtos (SABOURIN, 2005, 2009).

Assim os espaços rurais passam a ser compreendidos como espaços de atividades para além da agropecuária, englobando aspectos pluriativos como os de vivência, lazer, preservação cultural, ambiental e de consumo (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009). Quando nos atemos aos estudos rurais, visualizamos as preocupações despendidas nas relações de trabalho, produção e exploração, principalmente sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, e em menor medida, visualizamos os sujeitos rurais em suas práticas e relações de consumo realizadas dentro do próprio espaço rural.

A produção voltada ao autoconsumo é um dos fatores de distinção entre a realidade de camponeses e agricultores familiares de diferentes ruralidades, sem desconsiderar a crescente relação de dependência entre o consumo de bens e produtos provenientes do meio urbano (CANDIDO, 2017). Em algumas realidades, onde o senso de pertencimento e a lógica de funcionamento comunitário operam com maior dinamismo, é possível identificar práticas de doações e trocas que podem ser interpretadas pela ótica dos sistemas de reciprocidade (SABOURIN, 2009).

Ao considerarmos a consolidação dos projetos de assentamentos rurais implementados há cerca de trinta anos na região oeste do Estado de São Paulo, podemos propor neste artigo uma análise das relações de produção e consumo de bens e serviços que se realizam dentro desses espaços. Propõe-se com isso demonstrar uma rede de relações e valores movida por uma intensa circulação já que estes sujeitos, ao constituírem sua vida material e simbólica nestes espaços, também se realizam no consumo. Buscamos assim identificar quais são os produtos que produzem e comercializam dentro dos espaços dos assentamentos, partindo do princípio de que os membros dessas comunidades não apenas produzem para o autoconsumo e abastecimento dos centros urbanos, mas também produzem para uma demanda interna do espaço rural.

Para isso defenderemos a utilização da ideia dos circuitos curtos ou cadeias curtas de produção e consumo como uma forma de dar visibilidade à importância dessas relações, tanto no âmbito econômico quanto socioespacial. Estes circuitos ou cadeias podem ser definidos como formas de comercialização direta que fomentam a relação entre produtores e consumidores, levando-se em conta uma maior aproximação entre os lugares de produção e consumo, além da eliminação da figura do atravessador na relação comercial (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; CACCIA BAVA, 2012).

Os circuitos curtos constituem ainda uma nova cadeia de valores, tendo em vista a construção de novas formas de interação comercial que resgatam a dimensão central das economias de proximidade, que destacam o papel da geografia e da interação entre espaço e atividade econômica, resgatando com isso valores como os identitários e de procedência, assim como os valores sociais, simbólicos, culturais, éticos e ambientais. (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Apesar de ser utilizado primordialmente nas relações entre campo-cidade, defenderemos aqui a aplicabilidade deste conceito em uma escala ainda mais reduzida, compreendida aqui pelos limites dos assentamentos rurais, nos auxiliando a revelar algumas práticas socioespaciais de produção e consumo menos visíveis.

O trabalho foi realizado com a aplicação de metodologias de revisão bibliográfica sobre os temas e conceitos apresentados, acervo de documentos, entrevista semiestruturada com técnicos-extensionistas da entidade responsável pela assistência técnica e extensão rural dos assentamentos e entrevista semiestruturada com três agricultoras assentadas que apresentaram significativo volume de venda de produtos de maneira direta, na modalidade “porta a porta”, dentro dos assentamentos em que vivem e produzem, e consideradas portanto, a manifestação de circuitos curtos em escala reduzida, e por isso, invisíveis.

Para além da relação cidade-campo

A dicotomia entre campo-cidade e entre rural-urbano foi historicamente estabelecida no pensamento geográfico a partir de distinções entre as atividades e serviços preponderantes e seus impactos e transformações que dão forma e funcionamento ao espaço. O fenômeno da urbanização está dessa maneira arraigado à concepção de uma sociedade industrial-capitalista, assim como concebe Lefebvre (1999), para quem um conjunto de manifestações denominadas como “tecido urbano” se proliferam e se sobrepõe ao rural, delimitando formas, funções e estruturas.

O entrelaçamento entre ciência, técnica e informação sob a égide do mercado globalizado provoca construções e modificações do espaço; em um primeiro momento, nas cidades, mas também no campo. Isso que Santos (1994) denomina como meio técnico-científico-informacional acaba por estabelecer um processo contínuo de especialização produtiva. Assim, o mundo rural passa a ser ordenado por um calendário agrícola artificial, baseado na ciência e na técnica, onde lhe são impostas novas racionalidades e um novo tempo social (SANTOS, 2006).

Para Ploeg (2009), um dos resultados desse processo é o aumento da mercantilização da atividade agrícola, que conseqüentemente impacta as formas de produção e reprodução camponesas. Nessas condições, há diferenças entre o modo de produção camponês e o modo de produção empresarial, delimitadas principalmente pela busca por autonomia na coprodução entre sociedade e natureza. Enquanto o modo de produção camponês orienta-se primordialmente para a produção e para o aumento de seu valor agregado, no modo de produção empresarial o valor agregado torna-se irrelevante, pois seu objetivo final está na lucratividade e na margem de lucro.

Candido (2017) observa o impacto dessas transformações em comunidades do interior paulista na década de 1950, no auge do processo de urbanização e industrialização brasileiro. Demonstrou assim como a dinâmica urbana afeta sobremaneira os meios de vida rurais, fazendo aumentar uma relação de dependência do consumo nas cidades, inclusive dos gêneros agrícolas e seus derivados. Desde então não há dúvidas quanto à heterogeneidade e complexidade dos espaços rurais e urbanos, e de que ambos devam ser compreendidos a partir de suas relações complementares e dialéticas (SAQUET, 2012).

A adoção da ideia de multifuncionalidade da agricultura busca incorporar um novo olhar sobre a interação das famílias rurais e seus territórios, observando a sua dinâmica de reprodução

social, na qual estão inclusos os elementos econômicos, mas também suas relações com bens públicos: meio ambiente, segurança alimentar e patrimônio cultural (CAZELLA; BONAL; MALUF, 2009). Por isso a multifuncionalidade pode ser identificada em diferentes aspectos, que estão relacionados também com a manutenção de um tecido social e cultural e com a preservação da paisagem (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Contudo, a tradição do pensamento dicotômico por vezes se torna um obstáculo para o olhar da diversidade dentro das práticas socioespaciais. A relação histórica entre as atividades comerciais e as cidades pode invisibilizar as práticas de consumo que acontecem no campo, que envolvem uma gama de produtos, mercadorias, serviços e valores produzidos dentro dos espaços rurais, de acordo com uma demanda local e específica.

As mercadorias são para Marx (1985), antes de tudo, objetos de satisfação das necessidades humanas, e que na sociedade capitalista são determinados por valores de uso e de troca.

Portanto, os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas como meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem. Por isso, o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieroglifo social (MARX, 1985, p. 72).

Levaremos em consideração aqui também a perspectiva cultural de Appadurai (2008) que busca um rompimento categórico com a visão marxista de mercadoria dominada pela perspectiva produtiva e pelo caráter fetichista. Para o autor, as mercadorias representam sobretudo formas sociais e partilhas de conhecimento, e por isso, estão além de uma representação mecânica de regimes de produção governados por leis de oferta e procura, mas são movidas por fluxos oscilantes de rotas socialmente reguladas e desvios competitivamente motivados.

Isso significa observar as mercadorias como resultado de um processo universal, cognitivo e cultural, cuja existência se dá nas transações entre objetos e serviços, não exclusivos a um modo de produção capitalista, já que sua associação direta a este sistema não significa que a mercantilização seja uma característica do capitalismo em si mesmo, mas sim uma característica da tecnologia da troca, que é historicamente associada ao capitalismo e que nele alcançou suas mais altas margens de mercantilização (KUPYTOFF, 2008).

O que interessa a este trabalho, portanto, é reconhecer a intensidade da circulação de mercadorias e produtos produzidos nos assentamentos dentro do próprio espaço rural, nas relações comerciais estabelecidas entre agricultores em face da satisfação das necessidades comunitárias, familiares e individuais da população assentada, e de que maneira elas constituem laços, valores e identificações no consumo realizado dentro desses circuitos curtos e invisíveis.

De porta a porta: circuitos curtos de produção e consumo

Segundo Santos (1994), os circuitos produtivos são originariamente definidos pela circulação de matéria, manifesta na condição de produtos. Ainda segundo o autor, a diversificação das etapas nos processos produtivos, desde a produção até o consumo, aumentou consideravelmente a complementação entre os lugares, criando circuitos cuja intensidade varia conforme os produtos, suas formas produtivas, com a organização do espaço e com fatores políticos.

Já a ideia de circuitos curtos foi pela primeira vez definida como uma espécie de aliança entre consumidores e produtores agrícolas. A iniciativa partiu de um grupo de mulheres japonesas preocupadas com o uso indiscriminado de agrotóxicos e seus potenciais efeitos à saúde de produtores e consumidores. Assim organizaram as primeiras *teikeis*, estabelecendo uma rede de cooperação entre consumidores e produtores de alimentos orgânicos, intermediada por uma relação de confiança que dá forma a um grupo de consumo (CEPAL, 2014).

Segundo Preiss (2017), a primeira experiência de grupo de consumo identificada no Brasil foi o Movimento de Integração Campo Cidade (MICC). Ele opera desde a década de 1980 com a colaboração de trabalhadores urbanos e assentamentos rurais da região metropolitana de São Paulo, envolvendo também a articulação de grupos religiosos. Surgem posteriormente algumas iniciativas pontuais, potencializadas nos últimos anos com os grupos denominados como Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA).

Devido a diversidade de práticas e relações de produção e consumo, há também diferentes definições sobre os circuitos curtos, denominados também como cadeias curtas (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Uma das perspectivas mais utilizadas é a de Banks, Bristow e Marsden (2000), na qual os circuitos são utilizados como um conceito guarda-chuva que aglutina diferentes formas de comercialização. O que essas práticas têm em comum é o compromisso com a publicização de informações referentes à origem e procedência dos produtos. Essa condição permite estabelecer novas relações de confiança e um novo conjunto

de valores orientados pelo respeito aos produtores tradicionais e o reconhecimento de suas formas de produção artesanais.

Banks, Bristow e Marsden (2000) definem três tipos distintos de circuitos curtos:

a) Cara a cara (*face to face*): seu ponto principal é o estabelecimento de uma relação direta entre consumidores e produtores, podendo ocorrer desde feiras livres ou por meios virtuais, como em redes sociais;

b) Proximidade espacial: o produtor e seu produto são demarcados por uma relação de origem, que pode ser local, regional ou territorial, junto ao seu público consumidor;

c) Espacialmente estendida: os produtos são escoados em diferentes mercados, inclusive em mercados internacionais. Eles são marcados por identificação ou indicação geográfica e demarcam suas especificidades quanto à matéria-prima e o modo de produção.

O sentido de “curto” está relacionado muito mais ao estreitamento das relações e divulgação de informações do que às distâncias físicas e temporais percorridas. Em sentido semelhante, Rover e Darolt (2021) privilegiam as informações que são disponibilizadas ao consumidor, referentes à identidade do lugar, à produção, ao produtor e ao sistema por ele utilizado. Os autores também acreditam na possibilidade de um circuito curto espacialmente estendido, especialmente quando as circunstâncias de demanda local não são suficientes para absorver a oferta.

Já Caccia Bava (2012) considera os circuitos curtos um campo de atuação dos atores e da economia locais, que aproximam os lugares de produção aos lugares de consumo. Segundo o autor, a redução das distâncias percorridas pelos produtos e mercadorias geram impactos ambientais positivos, com a redução na utilização de uma extensa rede de transportes multimodais, por exemplo. Seu objetivo principal é estabelecer uma relação de mercado movida a novos valores como o de sustentabilidade, bem como proporcionar preços mais justos aos produtores com a limitação ou eliminação da dependência de atravessadores.

As feiras livres são os mais antigos canais de comercialização direta e ainda possuem importante impacto para a valorização dos territórios e de seus atores (CACCIA BAVA, 2012). Atualmente elas têm sido ressignificadas com o estabelecimento de feiras de produtores locais, de produtos orgânicos e agroecológicos, e demonstram com isso um movimento de resistência ao aumento da distância geográfica, cognitiva e relacional das cadeias agroalimentares (DIAS; RÉVILLION; TALAMINI, 2017).

Outros trabalhos e autores darão destaque para o papel do Estado e dos mercados institucionais efetivados pelas políticas públicas. Eles agem como um importante mecanismo

de estímulo aos circuitos curtos, como nos casos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para Grisa e Porto (2015) eles movimentam uma variedade de alimentos, que eram produzidos anteriormente somente para consumo restrito das famílias do campo, e esta comercialização passa a ser intermediada por relações de parceria e confiança entre os atores envolvidos, fortalecendo assim a cultura alimentar regional.

Estas políticas proporcionam tanto para os agricultores como para o meio rural como um todo a possibilidade de um mercado seguro, com preços justos, com autonomia em relação aos atravessadores e intermediários, além de dar condições de superação da insegurança alimentar e nutricional (HENT; HESPANHOL, 2019).

Nos circuitos curtos de comercialização, a origem rural e pessoal (e não industrial e “impessoal”) do alimento é valorizada, a cultura produtiva e alimentar é resgatada, valorizando a identidade e o trabalho daqueles que produzem e transformam os alimentos, provocando ressignificações do e no rural próximo. É a ruralidade da agricultura familiar que “toma corpo” e se anima (GRISA; PORTO, p. 165, 2015).

Em todos estes casos há uma defesa de que os circuitos são promotores da segurança alimentar local, e devem ser considerados ainda um meio de resistência e reprodução do modo de produção camponês. Contudo, em nenhum dos exemplos acima se vê a possibilidade de realização de um circuito estritamente curto, de venda direta entre produtos-consumidores dentro da própria comunidade rural. A ideia de que as famílias rurais produzem para o abastecimento externo, sobretudo para as cidades, acaba desconsiderando por vezes o caráter multifuncional e multidimensional do espaço rural, e com isso, o fato de que as famílias rurais são também consumidoras reais e potenciais, inclusive das mercadorias produzidas no próprio campo.

O consumo que se realiza dentro dos espaços rurais entre os membros das comunidades é menos visível, pois não engloba uma rede extensa de circulação, o que não significa que ela não seja intensa e significativa. Essa circulação, que será aqui denominada como mercado invisível, se realiza nos assentamentos pesquisados e possui características específicas. Aqui elas serão enfatizadas com a produção e comercialização de três mulheres assentadas, sendo em sua grande maioria de gêneros derivados de animais e vegetais ou processados de maneira artesanal, o que lhes configuram um maior valor agregado. Outro ponto a ser destacado é o perfil dos consumidores desses produtos, com destaque aos agricultores idosos e aposentados que constituem uma rede potencial de consumidores de mercadorias nestes espaços rurais.

Mercados invisíveis: o campo como espaço de relações comerciais

A Lei Estadual nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, possibilitou a criação de projetos de assentamentos rurais no Estado de São Paulo como uma política denominada como “planos públicos de valorização e aproveitamento de seus recursos fundiários”. Por ela foram implementados cerca de 140 projetos de assentamentos rurais em terras públicas e devolutas paulistas, concentrados majoritariamente na região oeste do estado, onde os conflitos socioterritoriais e os movimentos sociais pela terra foram fortemente atuantes por um projeto de reforma agrária durante os anos de 1990.

Após três décadas de sua implementação, estes projetos vêm passando por um processo de consolidação e renovação concomitante, que se realiza tanto na reprodução das famílias como na substituição² dos titulares desistentes. De acordo com entrevista realizada junto aos técnicos da entidade responsável pelos assentamentos e pelos serviços de assistência técnica e extensão rural, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), há hoje uma tendência ascendente de desistência dos lotes agrícolas em razão do envelhecimento dessa população e da insuficiência de políticas públicas que resultem na possibilidade de realização da sucessão familiar (STOCKLER, 2023).

De acordo com dados levantados junto à equipe do Grupo Técnico de Campo de Presidente Venceslau da Fundação Itesp, há o predomínio de algumas atividades produtivas nos assentamentos atendidos por esta equipe, que estão distribuídos por 6 municípios paulistas de sua microrregional: Presidente Venceslau, Piquerobi, Tupi Paulista, Marabá Paulista, Caiuá e Ribeirão dos Índios. As atividades preponderantes relatadas pelos técnicos são a pecuária leiteira e a produção de olerícolas para os mercados institucionais. De maneira mais eventual mencionam a venda realizada em feiras e na modalidade de direta, denominada como venda de “porta a porta”, e considerada aqui o exemplo de circuito curto que constitui os mercados invisíveis.

Questionados sobre esta última modalidade, os técnicos informaram que ela é uma categoria de venda direta para pessoas físicas, e definida por “porta a porta” pelas categorias de levantamento de dados de produção e venda realizado semestralmente por essa fundação. O levantamento busca alimentar uma plataforma denominada “Cultivando Negócios”, na qual o

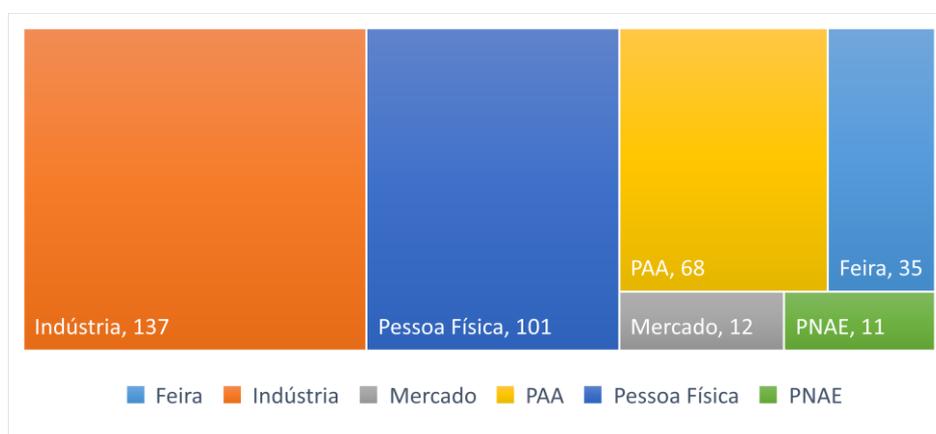
² Tal substituição é realizada por meio de um processo de indenização de benfeitorias construídas pelos beneficiários, com avaliação realizada pela Fundação Itesp. Publica-se os valores avaliados em editais públicos para candidatos interessados, iniciando o processo por uma Comissão de Seleção formada por membros da sociedade civil e do poder público. Os interessados participam mediante inscrição e cadastro junto ao Itesp, onde serão avaliados e pontuados de acordo com perfil estabelecido por essa comissão.

governo do Estado se utiliza dos levantamentos para mensurar a atividade produtiva e os valores gerados pela comercialização dos assentamentos rurais. Esta ferramenta considera e contabiliza inclusive a produção para autoconsumo.

Na plataforma há a descrição dos produtos, a forma e data de sua comercialização, a quantidade e o valor, além da identificação do nome e do município do comprador. Os dados são produzidos pelos técnicos-extensionistas por meio de consultas aos produtores, que autodeclararam as suas vendas.

As informações a seguir referem-se a um recorte realizado nos assentamentos Primavera (Presidente Venceslau), São José da Lagoa (Piquerobi) e Areia Branca (Marabá Paulista) a respeito da comercialização realizada e cadastrada nessa plataforma, coletada individualmente em cada lote agrícola. Na Figura 1 é possível identificar onde se concentram os destinos de comercialização dos agricultores assentados, destacando o destino para indústrias e para comercialização direta para pessoa física, que pode ser entendida aqui tanto como um consumidor final como um atravessador:

Figura 1 – Concentração da modalidade de venda em Assentamentos Rurais de Marabá Paulista, Presidente Venceslau e Piquerobi no ano de 2021



Fonte: Itesp (2021)

As informações corroboram com a importância da atividade pecuária nos assentamentos, especialmente da atividade leiteira, a qual se destinada às indústrias de laticínio da região. Com menor incidência aparecem as vendas de gado para indústrias frigoríficas e alguns casos isolados de venda de outros animais, de sementes de urucum, de mamona e de mandioca para o destino industrial.

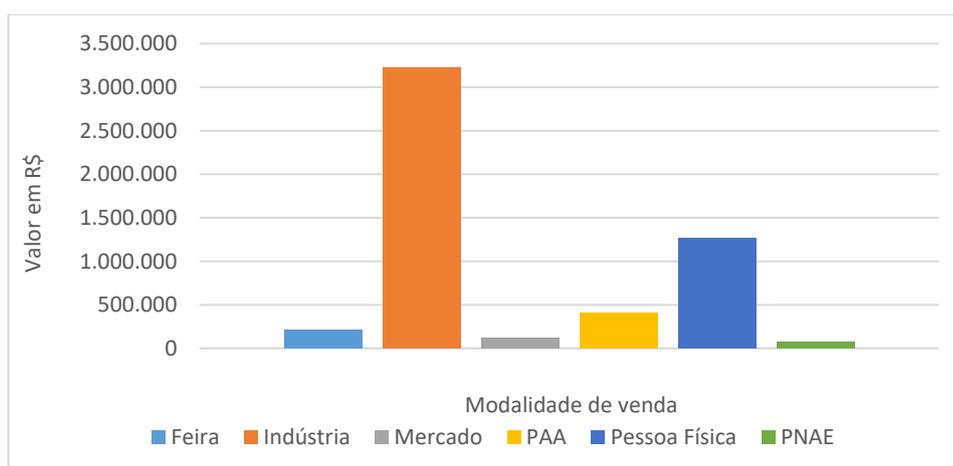
Os programas PAA e PNAE e as feiras livres concentram os circuitos curtos alimentados pela venda de olerícolas, majoritariamente. Há inserção de algumas frutas, em circunstâncias

sazonais, e nas feiras também se observa a comercialização de carnes de animais abatidos artesanalmente, especialmente de aves. Já as vendas para mercado, consideradas neste levantamento como vendas realizadas diretamente aos comerciantes locais, ainda são o maior obstáculo de inserção da produção dos assentamentos, tendo como algumas exceções a venda de mandioca e alguns gêneros específicos, como a bucha e o carvão vegetais.

As vendas para pessoas físicas são além de numerosas, mais diversificadas, pois nelas circulam todos os produtos citados nas modalidades anteriores, sem restrição e sem predominância de algum produto específico. Apesar desta modalidade abranger a venda para atravessadores, ela também evidencia a venda “porta a porta”, movimentada por consumidores de dentro da própria comunidade e das localidades próximas dessas áreas rurais. Como o levantamento também identifica o consumidor, foi possível perceber a importância da venda em circuitos estritamente curtos, como no caso dos próprios vizinhos de assentamento.

Já com relação aos valores totais de venda, o gráfico abaixo demonstra a importância da pecuária leiteira e os reflexos da diminuição de recursos orçamentários para a execução de políticas públicas como o PAA e o PNAE, destacando que o período analisado foi um dos mais críticos com relação à restrição orçamentária na aplicação de políticas de segurança alimentar e para o aumento do índice de insegurança, concomitante à crise sanitária mundial da Covid-19 (STOCKLER, 2021):

Figura 2 – Valores totais de vendas realizadas em 2021 em Assentamentos de Marabá Paulista, Presidente Venceslau e Piquerobi conforme modalidade



Fonte: Itesp (2021)

Assim fica evidente a importância da venda direta para pessoa física nas condições de desmonte das políticas de incentivo à produção de alimentos e de segurança alimentar. Por isso,

buscaremos a partir desta modalidade encontrar as estratégias de resistência dos agricultores a partir de três exemplos de atividades de venda do circuito curto “porta a porta”, consideradas mercados invisíveis por se tratar de relações comerciais de fluxo mais curto, porém muito presentes no cotidiano.

Para isso foram selecionadas agricultoras assentadas dos seguintes assentamentos e municípios, que serão identificadas pela numeração: Assentada 1 – Areia Branca (Marabá Paulista); Assentada 2 – São José da Lagoa (Piquerobi) e Assentada 3 – Primavera (Presidente Venceslau).

No caso da Assentada 1, a atividade produtiva de seu lote é bastante diversificada, contando apenas com própria força de trabalho e do esposo. São um casal com idade média de 50 anos, cuja atividade principal é a de pecuária leiteira. A Assentada 1 tem como fonte de renda individual a venda de panificados, confeitaria, queijos, dentre outros produzidos com insumos internos provenientes de sua produção agrícola. Ela relata que seu "carro chefe" é a confeitaria para festas, considerada de alto valor agregado por ela e pela comunidade. Os produtos são vendidos por encomenda na zona rural do município, no próprio assentamento, mas também para fazendas vizinhas. A entrevistada demonstra assim como há uma vida dinâmica e intensa movida por festividades comunitárias, religiosas e familiares, que determinam a demanda específica por estes produtos.

A Assentada 2 também reside e explora o lote somente com o esposo, que já está em idade avançada e com a saúde debilitada. Isso faz com que tenham que se desdobrar entre o lote agrícola e a cidade em busca de atendimento médico especializado. Essa condição impactou também a produção do casal, que acabou substituindo a pecuária leiteira pela pecuária de corte há alguns anos. Hoje, uma das suas maiores fontes de renda do casal é a venda de gado, que de acordo com a entrevistada, é realizada tanto para atravessadores como para os vizinhos do assentamento. Isso demonstra a capacidade de realização de uma circulação de animais e de sua genética dentro da própria comunidade, já que o rebanho do casal é considerado de boa qualidade e procedência, com manejo especializado.

De acordo com as informações levantadas junto ao Itesp, grande parte dos titulares dos assentamentos estão em idade avançada, e o fato de fazerem parte dessa política pública os assegurou o reconhecimento como trabalhadores, com direito à aposentadoria rural. Muitos deles não possuíam comprovação de vínculo empregatício anterior que os possibilitasse a aquisição do direito de segurado especial. A partir dessas informações procuramos compreender qual a dinâmica de venda e consumo, considerando a diminuição do ritmo

produtivo dos aposentados rurais. Assim se verificou na realidade da Assentada 3 um grande exemplo de circuito curto movido pela demanda de um público consumidor específico.

A entrevistada relata que desde o ano de 2017 sua comercialização em feiras livres foi diminuindo progressivamente. Somada à pandemia e o alto custo de transporte entre a cidade e o assentamento, a assentada resolveu investir mais na venda de produtos dentro de sua comunidade e nos arredores do espaço rural. A produção de seu lote é a mais diversificada dentre as três entrevistadas, apesar de contar apenas com o auxílio do filho e da nora, que já adquiriram um lote agrícola no mesmo assentamento. Mesmo trabalhando sozinha a maior parte do tempo, a entrevistada relata que a maioria de seus produtos (derivados e processados) é comercializada para pessoas do próprio assentamento, com destaque aos consumidores idosos. De uma maneira afetuosa, ela diz:

“Tem muito velho sozinho aqui no assentamento, muita senhorinha que gosta de comer um pão fresquinho, mas não tem quem faça mais. Eles são meus principais fregueses, eles pagam certinho, tem o dinheirinho deles” (Assentada 3).

A entrevistada comercializa uma variada gama de produtos, desde carnes de frango e carneiro, queijos e doces produzidos com o leite e frutas do lote, até panificados e conservas. Ela relata ainda uma demanda especial aos finais de semana, quando vende alimentos prontos como pizza e frango assado, principalmente para este perfil de consumidores mais idosos.

Os relatos demonstram diversos aspectos da realidade dessas comunidades rurais: o envelhecimento dos titulares, a diminuição de sua capacidade produtiva, o distanciamento com os familiares, as dificuldades de gerar uma sucessão rural, a valorização de produtos locais, as relações de confiança, afeto e cuidado, a segurança alimentar garantida pela produção local e o rural como um espaço de comercialização. Assim identificamos uma dinâmica de um mercado pouco visível, mas com intensa circulação e importância socioeconômica para os sujeitos envolvidos, protagonizada por mulheres que desenvolvem atividades tradicionais da agricultura, mas também aquelas não convencionais.

Conclusões

O entendimento sobre a realidade, sobre a dinâmica e sobre a diversidade dos espaços rurais implica no entendimento dos vários usos do espaço, levando em conta aspectos que vão muito além dos fatores produtivos de abastecimento agrícola dos centros urbanos. Compreende-se que estes espaços sejam dotados de vida e cultura próprias, com a construção e reafirmação de identidades, e que por isso também sejam espaços de produção de bens, valores e mercadorias. Elas circulam dentro de uma rede de abastecimento interna e comunitária, movida por valores distintos, e que nos casos analisados, tem como objetivo o suprimento de uma demanda local, com destaque à demanda de uma população idosa.

O envelhecimento dos titulares originais dos projetos de assentamentos que não realizaram a sucessão rural ou a transferência de titularidade do lote acaba por fomentar uma nova dinâmica de produção, venda e consumo. Em termos quantitativos, isso pode indicar uma queda na produtividade geral do projeto de assentamento, entretanto, este declínio se converte em novas relações, intermediadas por uma nova fonte de renda adquirida por meio da aposentadoria rural e de um aumento qualitativo no estreitamento dos laços comunitários e no senso de pertencimento coletivo. Os ganhos promovidos por este mercado são econômicos, mas sobretudo sociais, com o fortalecimento dos vínculos no espaço social.

Quando nos atemos aos estudos a partir da perspectiva dos circuitos curtos, de maneira geral somos levados ao entendimento sobre sua importância para as relações entre campo e cidade, sobre o fortalecimento dos territórios e de seus sujeitos, e sobre a melhoria nas condições da segurança alimentar. No entanto, esta perspectiva também pode ser aplicada para compreender dinâmicas comerciais e a importância dos mercados denominados aqui como invisíveis, que buscam também estabelecer redes de apoio e cooperação, de cuidado e de valorização dos produtos locais, de confiança e proximidade espacial que fomentam o mercado e a economia em uma escala comunitária por meio da resistência da produção familiar e camponesa.

AGRADECIMENTOS: Agradecimentos a auxílios recebidos para a realização da pesquisa e/ou elaboração do trabalho ou às pessoas que contribuíram para sua realização.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE: Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, A. Mercadorias e a política de valor. *In*: APPADURAI, A. (org.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 15-87
- CACCIA BAVA, S. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. *In*: BARTELT, D. D. **Um Campeão Visto de Perto**: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. p. 178-197.
- CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Edusp, 2017.
- CARMO, R. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 252-280, jan./jun. 2009.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (org.) **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro/Brasília: Editora. Mauad/Nead, 2003.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. *In*: CAZELLA, A. A; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (org.). **Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CEPAL. **Agricultura familiar y circuitos cortos**: Nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición. Serie seminarios e conferencias. Santiago: Naciones Unidas. 2014.
- DIAS, V. V.; RÉVILLION, J. P.; TALAMANI, E. Cadeias curtas de alimentos orgânicos: aspectos das relações de proximidade entre consumidores e agricultores no Brasil. *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativos**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 241-257.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativos**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 9-24.
- GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.
- HENTZ, C.; HESPANHOL, R. A. M. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: a evolução de uma política pública múltipla. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 72, p. 415-434, maio/ago. 2019.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. *In*: APPADURAI, A. (org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 89-121.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: Explorer their roler in rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467->. Acesso em: 01 nov. 2021.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

ROVER, J. O.; DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. *In*: ROVER, J. O.; DAROLT, M. R. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 162, 2005, p. 161-189.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SAQUET, M. A. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 5-15, 2012.

STOCKLER, N. **Dinâmicas das políticas de desenvolvimento agrário e fundiário**: impactos locais e dilemas de uma assistência técnica e extensão rural integrada. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual, Presidente Prudente, SP, 2023.

STOCKLER, N. Fome na cidade, crise no campo: discutindo políticas públicas e distribuição de alimentos no estado de São Paulo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 2021. **Anais [...]**. Campina Grande, PB: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/77751>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 15-56.

PREISS, P. V. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Formatação e normalização.

